

O CENÁRIO RELIGIOSO NACIONAL

A realidade social das religiões no Brasil, de Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi. São Paulo: Hucitec, 1996, 293 pp.

Ronaldo R. M. de Almeida

Já faz algum tempo que os assuntos relacionados à fé religiosa vêm ganhando visibilidade e despertando a atenção da opinião pública e da academia no Brasil. Não que a religião nos seja um tema estranho. Em um país onde o catolicismo — tanto a instituição quanto as práticas populares — e as religiões de origem africana participam da organização social e política e daquilo que genericamente é tratado como cultura brasileira, o tema em alguma medida sempre pautou as discussões sobre o Brasil, ainda mais com a chegada dos protestantes históricos no século passado e, posteriormente, dos pentecostais. Contudo, desde os anos 80 até os dias de hoje — dado que ainda paira sobre nós a expectativa de que a qualquer momento algum fenômeno de ordem religiosa irrompa e mobilize a atenção pública —, uma série de acontecimentos e mudanças suscitou interpretações do que ocorreu no país nesse período e, mais especificamente, do novo cenário religioso que vem sendo formado.

Embora se trate, evidentemente, de um longo processo, ao estabelecermos um recorte histórico bastante preciso (as duas últimas décadas) verificamos a ascensão e o refluxo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram surpreendidas pela emergência da Renovação Carismática Católica. Já fora do espectro católico, proliferaram as religiões de herança africana, que cada vez mais se adaptaram à lógica dos centros urbanos e às suas demandas mais imediatas. O espiritismo, por sua

vez, manteve sua tocada constante de crescimento. Por fim, houve a explosão pentecostal, que se constituiu como o maior fenômeno religioso do período, multiplicando suas igrejas e penetrando no protestantismo histórico e no catolicismo. Na contrapartida de toda essa dinâmica, assistiu-se à crise do catolicismo tradicional, tanto na capacidade de influência na sociedade brasileira quanto na manutenção dos seus fiéis. Tudo isso pautado por acontecimentos que envolveram o silêncio imposto pelo Vaticano ao frei Leonardo Boff, em pleno período de redemocratização do Brasil; a formação da conservadora "bancada evangélica" durante a Assembleia Nacional Constituinte e sua participação na votação do mandato de cinco anos para o ex-presidente José Sarney em troca de concessões de rádio e televisão; as eleições presidenciais e o apoio religioso às candidaturas de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso; além da compra da Rede Record de Televisão pela Igreja Universal do Reino de Deus e o "chute na santa" protagonizado por um de seus bispos; e por aí vai.

A *realidade social das religiões no Brasil*, de Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi, é uma coletânea de estudos, em boa parte, sobre o que ocorreu com algumas religiões no Brasil durante esse período¹. Reúne treze artigos (incluído o Prefácio), escritos ao longo de uma década — vários deles publicados em *Novos Estudos* —, que versam sobre as diversas religiosidades há muito existentes no país: o catolicismo (ou os "catolicismos"); as afro-brasileiras, candomblé e umbanda; o espiritismo; e as evangélicas, protestantes históricas e pentecostais. De maneira qualitativa ou quantitativa, esses segmentos e suas atividades foram tratados ao longo dos treze ensaios. Uns mais, outros menos, mas sempre abor-

(1) Participaram ainda como autores em um artigo com Prandi e outro com Pierucci os estudiosos da religião André Ricardo de Souza e Ricardo Mariano, respectivamente.

dados à luz de discussões que procuraram extrapolar o âmbito estritamente religioso, esses grupos foram foco central para a compreensão das mudanças por que passou a sociedade brasileira.

Na verdade, o livro forma um conjunto de "fotografias" que, por vezes, conseguiu captar muito do clima — ora de apoio, ora de incômodo e indignação, às vezes de espanto — da opinião pública em relação a vários movimentos e organizações religiosas. Como indica Pierucci (cap. 7), a "visibilidade" e a "vocalidade" foram elementos marcantes da postura desses religiosos. Digo "fotografia" porque boa parte dos textos foi elaborada quase no calor da hora, algum tempo depois de os fatos terem se decantado. Levando-se em consideração o tempo mínimo necessário para a maturação de uma questão sociológica, pode-se dizer que alguns artigos foram um acompanhamento quase "imediatos" do que acontecia com as religiões no país. Muito embora os artigos tenham sido agrupados tematicamente, a leitura cronológica dos mesmos é bastante reveladora dos problemas que iam surgindo, bem como permite perceber o movimento dos autores acumulando dados, precisando recortes, Tateando questões. Daí a idéia de conjunto fotográfico como resultado do apelo da própria realidade, que a cada momento apresentava uma situação religiosa a ser explicada. Nisto se encontram a maior qualidade do livro como também os limites da interpretação denominada "realidade social das religiões no Brasil".

Mas entendamos o propósito anunciado pelos autores logo nas primeiras páginas: "O que nos interessa basicamente é perceber como a religião atua no processo geral de mudança da nossa sociedade". Além de declararem suas pretensões numa nota introdutória, os autores, em certa medida, filiam-se às preocupações de Candido Procopio Ferreira de Camargo, com o qual trabalharam desde 1971 na área de religião do Cebrap. O Prefácio, na verdade, é um texto escrito em homenagem a ele, após a sua morte, em 1986. Não por acaso, este é o texto de abertura. Embora os artigos tenham sido produzidos já no Departamento de Sociologia da USP, do qual fazem parte, e embora o texto dedicado a Procopio Camargo tenha sido um dos primeiros a ser escritos, em 1987, a leitura da obra deste estudioso da religião no Brasil de certa forma anuncia a abordagem dos autores. Segundo eles, "ao olhar para as religiões brasileiras, Procopio

procura a religião em mudança, chegando a desprezar até mesmo aquilo que elas possam significar em preservação cultural ou étnica, de continuidade de identidades socioculturais". Em outro momento, os autores afirmam: "Não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural".

Mas mudança social, apesar de indicar transformação e ruptura, não deixa de fazer parte de um processo maior a partir do qual pode ser extraído um sentido mais geral. Seria possível, então, a formulação de um recorte mais diagonal, em que afro-brasileiros, católicos, espíritas e evangélicos pudessem ser compreendidos não à luz das suas especificidades religiosas, mas das transformações gerais do cenário religioso brasileiro? O livro não tem propriamente essa pretensão. Mas, mesmo assim, ainda mais após a leitura do texto sobre Procopio Camargo, surge a expectativa de encontrar, ao final da leitura, uma análise que extrapole as conclusões parciais de cada universo religioso ou das situações sociopolíticas abordadas. Percorre-se um conjunto de artigos que tratam das mais diferentes religiões, esperando-se, ao final, uma recomposição das questões principais e, com todos os devidos cuidados e prevenções, a formulação de uma interpretação do período. Se este não foi o intuito dos autores, até porque o livro não dispõe de uma conclusão, para aqueles que há algum tempo andam às voltas com a discussão — ou mesmo para um leitor interessado que reconhece todos os fatos de ordem religiosa citados inicialmente — o conjunto dos textos e, por que não dizer, o próprio momento demandam uma interpretação mais generalizada da realidade social das religiões no Brasil, que a cada período necessita ser (re)explicada.

No entanto, a ausência de uma argumentação mais conclusiva e diagonal não deixará o leitor desprovido de elementos para formar uma leitura coerente e instigante do atual quadro religioso. Antes de mais nada, como base para os acontecimentos acima mencionados, talvez o que tenha ocorrido de mais significativo no campo da religião fosse a mudança generalizada de credo da população brasileira. Trata-se de um grande fenômeno de adesão religiosa ocorrido no país ao longo de algumas décadas e que se acentuou nos anos 80 e 90. De acordo com Prandi (cap. 11), em pesquisa

realizada na cidade de São Paulo, nada menos do que 26,4% da população adulta encontra-se numa religião diferente daquela em que nasceu. Diga-se ainda que, dentre estes, sete em cada dez paulistanos convertidos mudaram de religião num período de dez anos, entre 1986 e 1995. Isto sem falar nas já conhecidas migrações internas no pentecostalismo, nas religiões afro-brasileiras e no catolicismo, que, se não significam propriamente uma conversão, implicam alguma alteração no perfil do fiel. Afinal, faz alguma diferença ser do candomblé e mudar para a umbanda, ou converter-se à Assembléia de Deus e passar à Igreja Universal, ou, muito mais ainda, ser formado pelas CEBs e depois pentecostalizar-se pela Renovação Carismática.

Embora a pesquisa tenha sido realizada no âmbito da cidade de São Paulo, sua conclusão mais geral pode ser estendida para o cenário nacional. Recente pesquisa realizada pelo Iser entre evangélicos na região metropolitana do Rio de Janeiro, com o sugestivo nome de "Novo nascimento", demonstra que a imensa maioria dos fiéis não nasceu naquela religião². Embora a pesquisa demográfica no Rio de Janeiro tenha se restringido ao universo evangélico, os dados apresentados por Prandi demonstram que o índice de adesão ao espiritismo kardecista e às religiões afro-brasileiras em nada deve ao correspondente aos pentecostais, que são o grupo religioso mais emergente no cenário nacional. Qualquer análise sobre religião deve ter em vista que o intenso trânsito de fiéis caracteriza a dinâmica atual do campo religioso brasileiro.

Na lógica da oferta e procura, a intensa demanda é correspondida proporcionalmente pela proliferação de credos religiosos, e vice-versa. Mas a adesão significa que alguém está perdendo fiéis. Assim, é impossível compreender o trânsito religioso sem dar um passo atrás e verificar que a instituição católica há quase um século vem paulatinamente perdendo sua influência na organização social e política do Brasil, como também que o catolicismo tradicional tem perdido sua força de convencimento naquilo que diz respeito propriamente à fé religiosa, isto é, na dimensão espiritual que (re)liga o fiel ou a comunidade ao transcendente. O resultado é que o catolicismo se tornou o grande celeiro no qual

outros credos arregimentam seus fiéis. Apesar das disputas dos evangélicos com afro-brasileiros e espíritas, todos eles encontram no catolicismo tradicional a fonte de sua expansão. É sintomático que apenas três artigos da coletânea sejam dedicados exclusivamente ao universo católico, enquanto a maioria trata do evangélico. Na verdade, percorre-se os outros artigos sempre vendo o catolicismo tradicional como se destinado a um movimento quase irreversível em direção à perda de influência na sociedade brasileira.

Mas que tipos de religiosidades proliferaram? E, diante do quadro recente, em que medida a Igreja Católica pôde se colocar como alternativa para a população? Começemos pela segunda pergunta. De um lado, a Igreja foi em direção a um discurso social, no qual se identificaria com a necessidade e a luta do *povo*. *Povo* entendido não como um recorte sociológico, mas como uma categoria teológica, cujos significados foram extensamente decifrados por Pierucci nos depoimentos de mais de uma centena de padres (cap. 2). A quase totalidade dos significados colocava a Igreja ao lado do *povo*, desdobrando-se em favor das liberdades políticas e/ou da igualdade social, e ambas são ecos do Vaticano II. Pode-se dizer que a instituição católica acentua a primeira dimensão, fazendo a apologia dos direitos humanos sem, contudo, levar às últimas consequências os questionamentos das injustiças econômicas do sistema capitalista. Esta posição foi assumida pela Teologia da Libertação e suas CEBs, que, inseridas no fluxo dos movimentos sociais, se mostraram a produção teológica mais original do catolicismo na América Latina. Para elas, os fiéis deveriam buscar e promover "os sinais do Reino" neste mundo, concretizados no fim da opressão econômica do *povo* e na igualdade social. O resto do rosário já é conhecido.

De outro lado, a Igreja Católica apresentou a norte-americana e pentecostalizada Renovação Carismática Católica, que ofereceu aos fiéis o êxtase religioso proporcionado pelo Espírito Santo. Contando com a tolerância da hierarquia, a Renovação conseguiu estabelecer a "readesão" dos católicos brasileiros que estavam longe do seio da Igreja ou se viam tentados por um mercado religioso em expansão. Após as duas últimas décadas, as CEBs estão em declínio, não representando mais de 1,8% dos eleitores católicos, enquanto a Renovação já conta com 3,8% (cap. 9). Ressalte-se que 3,8% de fiéis convic-

(2) Fernandes, Rubem C. "Os evangélicos em casa, na Igreja e na política". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Iser, 17(1-2), agosto de 1996.

tos representam um número bastante significativo num grupo de religiosos acostumado a se diferenciar entre "praticantes" e "não-praticantes" — estes últimos, por sinal, maioria confessa.

A importância da Renovação aumenta ainda mais quando se percebe que o seu movimento extrapola o universo católico ao incorporar elementos fundamentais da religiosidade pentecostal. Aliás, a coletânea é muito referenciada pelo movimento do pentecostalismo, além do destaque dado ao candomblé (cap. 6). O cenário desenhado mostra claramente a ascensão das religiões do espírito, da magia, do encantamento, do sobrenatural, do miraculoso. Um mundo povoado pelo Espírito Santo, por entidades, espíritos, demônios, orixás e assim por diante. Para ser mais preciso, o livro mostra o seguinte cenário: ao fundo, o declínio das CEBs e do catolicismo tradicional; como expoentes, o crescimento da Renovação Carismática e os evangélicos, principalmente os pentecostais; e em contraponto a estes encontram-se as religiões afro-brasileiras e o espiritismo kardecista.

Trata-se, então, do já banalizado "reencantamento do mundo"? Não é nesta chave que os autores analisam a mudança religiosa. A preocupação de fundo é outra: compreender os sentidos que as diversas orientações religiosas vão assumindo numa sociedade em transformação, contribuindo ou não com a modernização e democratização do país. E aqui é necessário voltar a Procopio Camargo e, mais especificamente, à leitura que fizeram dele os autores. Numa perspectiva weberiana, as crenças citadas foram compreendidas por Procopio Camargo como "religiões internalizadas"³. Internalizadas porque não são coextensivas à ordem social como o catolicismo tradicional. Converter-se a elas significa romper com a tradição religiosa, significa a ruptura da norma. Segundo os autores, Procopio Camargo via na "internalização da religião", por meio da adesão voluntária, um nível maior de racionalização, na medida em que o indivíduo se coloca num patamar distinto da ordem social, a partir do qual pode questioná-la. E como consequência, quase num aplauso silencioso, ele vislumbraria nelas possibilidades de consolidação da democracia brasileira.

Muito embora tenha sido afirmada a filiação dos autores a Procopio Camargo no que diz respeito

ao universo pesquisado e, em parte, à forma de abordagem, as expectativas sobre a contribuição dessas religiões para o fortalecimento da democracia no Brasil, após a década de 80, não foram as mesmas. Diante da crescente recuperação da magia, as análises dos autores caminham mais propriamente em dois sentidos. Nos artigos escritos por Prandi é recorrente a idéia de que as religiões de cunho mais mágico tendem a enfatizar o indivíduo em detrimento da comunidade, o que para o autor é o espaço privilegiado da atividade democrática. Não é à toa que alguns de seus artigos tenham por título ou conclusão a máxima "perto da magia, longe da política" (caps. 1, 3 e 4). Pierucci, por sua vez, mantendo-se mais no universo evangélico, desenha um perfil quase autoritário desses religiosos, cuja ação na política seria conservadora-moralista. E aqui é necessário precisar melhor a análise de Prandi, para quem a acentuada ênfase no indivíduo, própria das orientações dessas religiões, levaria à quase impossibilidade de uma ação coletiva. O que Pierucci nos mostra é que esses religiosos podem se organizar em torno de questões morais e não propriamente econômicas, como o fez o modelo comunitário-religioso das CEBs, cuja experiência é aplaudida, não muito silenciosamente, por Prandi. A organização política dos evangélicos, que teve sua expressão máxima na formação de uma bancada durante a Assembléia Nacional Constituinte, demonstra uma nova estratégia de ação no espaço público que se pretende ativa, representativa dos interesses dos fiéis e decisória em relação ao rumos do país.

Já no campo da disputa entre as religiões, o quadro apresentado pelos autores também não é muito positivo. De um lado, as reivindicações de liberdade de culto, encabeçadas pelos evangélicos, são completamente anacrônicas num momento em que o pluralismo religioso se mostra mais consolidado no Brasil. Essa noção de fiéis perseguidos, intrínseca ao pentecostalismo, gerou no período estudado um alto grau de iconoclastia contra afro-brasileiros e católicos que, mesmo sendo próprio da disputa religiosa, como informa Pierucci, foi extremamente exagerado. De outro lado, a discussão gira em torno da formação de um mercado religioso. Não como um leque de alternativas diante do qual o fiel faz a escolha "existencial" de determinada profissão de fé, mas no sentido de religiosidades que são submetidas à lógica do mercado, seja na

(3) Camargo, Candido Procopio F. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais, 1971.

forma de pagamento pelos serviços religiosos prestados pelas afro-brasileiras e pentecostais, como constata Prandi (cap. 11), seja como formação de um consumidor religioso com seus direitos de reclamação, como provoca Pierucci (cap. 12). Essas são as formulações da última e melhor parte da coletânea.

Sem querer conferir demasiado peso à filiação dos autores, a idéia de que as "religiões internalizadas" podem contribuir para a consolidação da democracia, como pensava Procopio Camargo, tem como preocupação a mesma pergunta feita por Prandi e Pierucci na nota introdutória: "A religião terá alguma importância nos rumos da política, da participação democrática, da construção da cidadania?" É interessante, no entanto, perceber a diferença entre a avaliação de Procopio Camargo sobre essas religiões, conforme o Prefácio, e o quadro desenhado por Prandi e Pierucci nos artigos finais, que foram escritos já em 1996. A expectativa de Procopio Camargo em relação às "religiões internalizadas" foi elaborada em 1971, quando ele se tornou um dos primeiros estudiosos a se debruçar

sobre o que chamou de "surto de crescimento de denominações religiosas intensamente sacrais"⁴. A despeito das diferenças entre os pressupostos teóricos dos autores, o fato é que nos últimos anos algumas religiões, assim como o país, apresentaram uma série de mudanças quantitativas e qualitativas que lhes conferiu maior visibilidade e participação na esfera pública. Nesse processo de ocupação do espaço público — seja como adequação às transformações sociais, seja como proposição para a transformação moral da sociedade brasileira — um novo cenário religioso está sendo gestado. Os ganhos e os prejuízos para a imagem desses religiosos, assim como as possíveis mudanças nas suas respectivas orientações, podem ser amplamente compreendidos com os artigos desta coletânea. Mas, como dito inicialmente, uma interpretação do conjunto dessas informações e do que explicam sobre a sociedade brasileira ainda está por ser feita.

Ronaldo R. M. de Almeida é doutorando em Antropologia Social pela USP e pesquisador do Cebrap.